

**A HISTÓRIA SOCIAL DA CULTURA E A HISTÓRIA CULTURAL DO SOCIAL:  
APROXIMAÇÕES E POSSIBILIDADES NA PESQUISA HISTÓRICA EM EDUCAÇÃO**

*The social history of culture and cultural history of the social: approaches and possibilities in historical research in education*

Ribamar Nogueira da Silva<sup>1</sup>

**RESUMO**

Na tentativa de buscar elementos para compreensão das historiografias “social da cultura” e “cultural do social”, o artigo inicialmente apresenta as variações no sentido e os usos do conceito de “cultura” que circulam pelas Ciências Sociais, e a sua provável influência na constituição das referidas abordagens; para em seguida mostrar suas possíveis implicações na prática dos historiadores. Por fim, tenta-se uma aproximação de ambas com os resultados da pesquisa histórica em educação nos últimos anos.

**Palavras-Chave:** historiografia, cultural, social, cultura, educação

**ABSTRACT**

In an attempt to find elements for understanding the historiography “socio-cultural” and “cultural of social”, the article initially presents the changes in meaning and usage of the concept of “culture” in the Social Sciences, and its likely influence on the formation of these approaches, in order to show its possible implications in the practice of historians. Finally, attempts to an approximation of both with the results of historical research in education in recent years.

**Keywords:** historiography, cultural, social, culture, education

Muito além de um simples jogo de palavras, as historiografias cultural do social e a social da cultura, caracterizam-se principalmente por possuírem abordagens distintas na metodologia histórica; sendo, num território onde prevalece o dissenso conceitual, teórico e metodológico – alvos de críticas tanto internas quanto externas, que por consequência, dificultam a clara percepção das possibilidades e limites de tais abordagens.

Quando internas, as críticas provem de historiadores que, paradoxalmente, na tentativa de justificar suas práticas frente ao ataque externo, estabelecem noções e práticas próprias, requerendo para si a originalidade conceptual – frente ao seu tempo ou ao passado – como forma de descaracterizar a crítica, mas terminam por empecer a construção de um estatuto teórico-metodológico sólido e coerente, colaborando com mais argumentos para seus detratores.

Quando externas, tem origem naqueles que apoiados na pressuposta solidez de seus próprios estatutos, assumem o papel de “pedra” na relação, questionando, dentre

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba (UNISO) E-mail: ribamarns@yahoo.com.br

outros pontos, a pertinência histórica dos recortes, a capacidade explicativa do aporte teórico e a “confiabilidade” dos resultados provenientes de pesquisas que utilizaram estas abordagens.

E, como não poderia deixar de ser, nas pesquisas históricas em educação este debate encontra-se presente, na medida em que aumentam tanto a infiltração destas abordagens na academia, quanto o número de pesquisadores que se propõem a produzir conhecimento histórico a partir das mesmas.

Tão instigante quanto desafiadora, a tentativa de trazer elementos para compreensão das referidas historiografias, numa aproximação com a pesquisa histórica em educação, será a tônica deste texto. Declaro, de antemão, a sensação constante de “pisar em ovos” durante a exposição, dada a complexidade do tema, que me impele admitir os limites dos apontamentos e considerações, mesmo quando apoiados em outros estudos; e que evitarei tanto quanto possível entrar no debate entre “paradigmas rivais”<sup>2</sup> por entender que correria o risco de afastar-me muito do objetivo proposto.

### É sobre cultura. Mas qual delas?

Presente em ambas as abordagens, o conceito de cultura possui diversas variações que circulam pelos domínios das Ciências Sociais desde o final do século XIX. Partindo da síntese do antropólogo britânico E. B. Tylor sobre aquele complexo que incluía conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade, que ele definiu como cultura; surgiram as mais diversas interpretações e usos. Evitando atermo-nos nestas variações comuns as outras disciplinas ditas “sociais”, trago o foco para o território da história, e alinho-me com Peter Burke na opinião que o relato clássico da “parte inglesa da história” foi escrito por Raymond Williams.<sup>3</sup>

Este acadêmico galês alerta sobre a impossibilidade do uso conceito cultura numa análise séria, sem antes chegarmos a uma consciência do próprio conceito, pois nele se fundem e confundem radicalmente as experiências e tendências de sua formação, resultado do desenvolvimento contraditório das suas complicadas variações de sentido. Sendo que essa consciência é necessariamente histórica pela constatação que os conceitos mais básicos não são realmente conceitos, mas problemas. Problemas estes que são movimentos históricos ainda não definidos, restando-nos apenas tentar recuperar a substância de que suas formas foram separadas. Tal entendimento precisa também ser aplicado aos conceitos de sociedade e economia, que juntos com o de cultura moveram-se

<sup>2</sup> Uma visão histórica deste debate está em CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 1-23.

<sup>3</sup> Cf. TYLOR, Edward Burnett. Primitive Culture: Researches Into the Development of Mythology, Philosophy, Religion, Language, Art, and Custom. Henry Holt and Company, 1889; Totalizando quatro páginas, uma excelente genealogia do termo esta presente em ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 225-228; Ver também CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. Bauru: Edusc, 1999; Cf. BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 165; Como lembra Peter Burke, as considerações de Williams são importantes ao serem vistas como uma “crítica interna” as conceitos marxistas centrais de base e superestrutura (Idem, p. 37).

no mesmo ritmo, no interior do processo de desenvolvimento moderno, afetando cada um deles, em determinado ponto crítico, o movimento do outro. Por conseqüência, cada conceito interagiu com uma história e uma experiência em formação, inscrevendo em si e nos outros, muitos de seus problemas não-resolvidos. A questão que se coloca é que não podemos compreender o conceito de cultura – seja ele entendido como “as artes”, como “um sistema de significados”, ou como “modos de vida globais” – sem reconhecer os problemas inerentes aos conceitos de sociedade e economia, que certamente se estenderam para aquele durante sua formação.<sup>4</sup>

Em outras palavras, qualquer que seja a acepção adotada do conceito de cultura, quando presente como elemento numa análise histórica, não deve ser concebido como algo pronto, acabado e intransitivo; que além de passar incólume pela influência de outras noções concorrentes, teria surgido como resultado de um abstrato teorismo<sup>5</sup> acadêmico.

Outro ponto importante a ressaltar na complexidade do conceito de cultura é que, durante sua formação, adquiriu um sentido de processo “íntimo” – especializado nas suas supostas instâncias de “vida intelectual” e “nas artes”, e também um sentido de processo geral – associado às supostas configurações de “modos de vida totais”. A dificuldade apresentada a partir desta distinção está na tendência de negação recíproca entre ambos, que impõe a qualquer teoria moderna de cultura o deslocamento entre extremos, sendo, ou uma teoria “das artes e da vida intelectual” nas suas relações com a “sociedade”, ou uma teoria do processo social que cria “modos de vida” específicos e diferentes. É especialmente neste segundo sentido, ou seja, como “modos de vida” particulares e distintos, modelados por um processo social, que o conceito ganha o plural: o reconhecimento da alteridade impõe necessariamente o uso de “culturas”.<sup>6</sup>

O conceito de cultura – que já se formava complexo pela variedade de sentidos e pelas confluências contraditórias na relação com outros conceitos, na sua concepção singular e universalizante<sup>7</sup> – adquire uma dimensão de pluralidade ao considerar a diferença. Não cabe “a cultura” como noção totalizante e universal, mas diferentes noções de “cultura” que são construídas historicamente na relação entre o aporte teórico e o objeto de estudo.<sup>8</sup>

Porém, trabalhar com o conceito de cultura no plural, que no primeiro momento aparentemente permitiria uma categoria de análise mais precisa ao considerar as diferenças e contradições da gênese conceitual, configura-se como um grande problema, pois, como

<sup>4</sup> Cf. WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979, p. 17-19.

<sup>5</sup> Interessante notar como esta preocupação está de certa forma presente em THOMPSON, Edward Palmer. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros. Uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981; quando faz considerações sobre a construção de conceitos históricos (p. 57-62) e crítica o que chama de “categorias de estase” (p. 96-97).

<sup>6</sup> Cf. WILLIAMS, op. cit. p. 23-24.

<sup>7</sup> Comentando sobre os riscos de generalizações universalizantes, Edward P. Thompson observa que “na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. Neste ponto, as generalizações dos universais da ‘cultura popular’ se esvaziam, a não ser que sejam colocadas firmemente dentro de contextos históricos específicos”. (THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 17)

<sup>8</sup> Burke ressalta a importância de trabalhar “culturas populares” no plural, para evitar “o risco de supor a homogeneidade dos excluídos”, pois dentro do *povo* coexistem diversas “culturas” (BURKE, op. cit. 40-41).

pondera Michel De Certeau, os nossos modelos teóricos quase não nos permitem pensar o plural de sistemas inter-relacionados ou sedimentados como o de “culturas”<sup>9</sup>.

Por fim, apesar de todas as ressalvas e, de existir certo consenso, tanto entre defensores ou entre críticos, quanto à pertinência do uso do conceito cultura na pesquisa histórica; em que medida e de que maneira ocorre este uso ainda é motivo de acentuada divergência entre os historiadores.

Quais seriam então os usos do conceito de cultura nas historiografias social da cultura e cultural do social? É o que tentaremos mostrar a seguir, mas antes, uma rápida análise da nomenclatura faz-se necessária para nos desvencilharmos de vez da peça do simples jogo de palavras.

### Adjetivar e substantivar a história

No conturbado universo das nomenclaturas, parte-se da possibilidade da existência de dois “tipos” de história: a “história de [um objeto]” e a “história [algo]”.

No primeiro, substantiva-se a história ao vinculá-la com um campo estabelecido do conhecimento, de forma que a perspectiva histórica constitui-se por uma abordagem específica aplicada a determinados objetos, delimitada por um recorte histórico. São exemplos: a história da arte, das ciências, da literatura, da educação, etc. No segundo, adjetiva-se a história referindo-se a determinado aspecto entendido como inerente a sua constituição. Assim, as diversas dimensões da manifestação humana: política, econômica, social, cultural, etc., originam suas respectivas derivações históricas.

A dificuldade (além de não haver nem sequer consenso sobre o entendimento acima) aparece quando a história é ao mesmo tempo adjetivada e substantivada, ou seja, como na “história social da cultura”, ou na “história cultural do social”, objetos de estudo deste texto; e alimenta-se com a opinião daqueles que afirmam não haver, grosso modo, diferenças substanciais entre ambas as historiografias. Estabelecem-se, assim, as bases para um debate acirrado, pródigo em rótulos, negações, e tentativas de enquadramento.

No intuito de colaborar com o debate, e dentro dos limites propostos, apresentamos na sequência as principais características de cada abordagem.

### A história social da cultura

Antes de substantivá-la com o sempre problemático conceito de cultura, foquemos na adjetivada história social.

Não é possível pensar na história social sem contrapô-la a “história tradicional” ou rankiana, e por este motivo, alinhá-la de certa forma com o movimento dos Annales. A abertura do território histórico para outras disciplinas das Ciências Sociais, na proposta da história-problema, encontrou na então vaga palavra “social” a amplitude necessária para comportar o alargamento de objetos e o aperfeiçoamento metodológico. Porém,

---

<sup>9</sup> Cf. CERTEAU, Michel de. A cultura no plural. Campinas: Papyrus, 1995, p. 191.

tamanho a extensão do termo que, a história social, ao invés de ser entendida por uma postura historiográfica especializada, generaliza-se, pelo princípio de que na “história” todos os níveis de abordagem estão inscritos e interligados no social.

Para além do simples sentido de oposição ao paradigma rankiano, a acepção de história social teve, na primeira metade do século XX, outras variações mais precisas: uma abordagem culturalista, produzida relativamente à margem da academia, diferenciada por definir como objeto o domínio do privado; uma abordagem voltada para o trabalho no movimento socialista, especialmente na Inglaterra, diferenciada oposição entre “individual” e “coletivo”; e por último, uma abordagem “econômica e social”, de forte ligação com os *Annales*, diferenciada pela prioridade do coletivo sobre os indivíduos e pelo “longo prazo” na explicação histórica.<sup>10</sup>

A partir da década de 1950, no apogeu dos “estruturalismos”, no aumento das inovações tecnológicas – que permitiriam a sofisticação nas metodologias – e na explosão das tensões sociais, pode-se considerar que a história social surge efetivamente como especialidade.

Neste quadro, a influência destes fatores fez-se sentir de tal forma sobre a historiografia francesa que, na pessoa de Ernest Labrousse, reivindica a história social como portadora de suas próprias metodologias e problemáticas. Desta forma, a formulação da problemática desta “historiografia social francesa” recaía nos modos de constituição dos atores históricos coletivos – a saber: as classes, grupos, categorias socioprofissionais, e nas suas relações com as estruturas sociais. Já na década seguinte, a historiografia anglo-saxônica, cede a pressão da interdisciplinaridade com as Ciências Sociais, e sem abdicar da tradição para uma “história social do trabalho”, constitui a sua vertente daquela disciplina histórica. Porém seu foco são os grupos sociais e os processos determinantes e resultantes de suas relações, com ênfase no estudo dos comportamentos e da dinâmica social.<sup>11</sup>

Em linhas gerais neste momento, a história social – no sentido restrito, surge como uma abordagem interessada na formulação de problemáticas relacionadas com os diversos grupos sociais, com metodologias predominantemente quantitativas voltadas para a “longa duração”; e, em grande medida, influenciada pelo estruturalismo – seja braudeliano, funcionalista ou marxista. Por este motivo, não causa estranheza observar que a crise dos estruturalismos tenha abalado seus estatutos a partir da década de 1970. Baseados na constatação que os comportamentos e relações dos grupos sociais eram voláteis demais para se conformar no interior dos modelos explicativos preestabelecidos, e que os métodos quantitativos, ao trabalhar com dados em grandes séries, desumanizavam os sujeitos históricos; muitos historiadores abdicaram destas práticas e passaram a buscar respostas para as questões emergentes.

O rumo adotado, numa crescente aproximação com a Antropologia, pode ser caracterizado (novamente) pelas historiografias francesa e inglesa. A primeira, tributária da antropologia estrutural de Lévi-Strauss, define-se como uma “antropologia histórica”

---

<sup>10</sup> Cf. CASTRO, Hebe. A história social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 47.

<sup>11</sup> Cf. Idem, p. 48.

tamanha a influência que recebeu desta disciplina. Interessada nas dimensões doméstica e privada dos hábitos cotidianos encaixa-se no sentido do termo “história dos costumes”, de autoria do historiador francês André Burguière. A segunda, ligada em menor intensidade com a Antropologia e apoiada na tradição marxista britânica de história social do trabalho, surge com ênfase nas noções de experiência e cultura na análise sobre a ação social. A “história vista de baixo” identificava uma abordagem que passou rapidamente da compreensão da experiência – e da reação a esta própria experiência – do operariado, para a das pessoas comuns.<sup>12</sup>

Entendo que no contexto que se desenhava neste momento e, na busca pelas respostas às questões emergentes, é que o conceito de cultura ganha importância, através da constatação que a explicação dos fenômenos históricos não pode prescindir a análise de toda a ação social. Se a cultura em comum possibilita a sociabilidade de grupos e proporciona inteligibilidade às suas relações, sua “leitura” – pelo viés da interpretação cultural – permitiria captar aquilo que insiste em escapar aos reducionismos estruturalistas e sócio-econômicos.

Por esta ótica podemos definir parcamente a história social da cultura como aquela que tem por objeto a sociedade, numa abordagem que privilegia por um lado a experiência dos grupos sociais – experiência esta que se constitui como resultado das relações entre grupos e no interior dos próprios grupos – ou por outro o entendimento das (supostas) estruturas sociais; valendo-se de uma “interpretação” dos costumes, hábitos, crenças, artes, etc., ou seja, da cultura<sup>13</sup>.

### A história cultural do social

Quando aproximamos o aparecimento da história social com o movimento dos *Annales*, o fizemos não apenas, mas principalmente pela oposição a “história tradicional”. Mas em se tratando da história cultural observa-se um distanciamento<sup>14</sup> daquela praticada pelos *annalistes* na comparação com as abordagens de uma historiografia cultural “clássica”.

O adjetivo “clássico” – num período compreendido entre o início do século XIX até meados do XX – engloba dois sentidos, sendo: a idéia de uma “grande tradição”, em

<sup>12</sup> Cf. Idem, p. 51; Sobre o interesse dos franceses em Lévi-Strauss ver BURKE, op. cit. p. 50-51.

<sup>13</sup> A influência das idéias do antropólogo americano Clifford Geertz a partir deste momento – principalmente nas pesquisas que se afastavam da antropologia estrutural - pode ser percebida não só pela adoção da técnica de “descrição densa” por muitos historiadores, mas também pela “simplificação” do conceito de cultura que para ele seria “um padrão, historicamente transmitido, de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções herdadas, expressas em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atitudes acerca da vida” (GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 89); ou quando afirma seu entendimento de que: “O conceito de cultura que defendo é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado às teias de significado que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo estas teias e sua análise, portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa, à procura do significado.” (Idem, p. 15)

<sup>14</sup> Na opinião de Vainfas “não resta dúvida de que os primeiros *annalistes* estereotiparam, em parte, a historiografia oitocentista com o fito de acentuarem a *novidade* de suas propostas.” (VAINFAS, Ronaldo. *História das mentalidades e história cultural*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 131-132.)

que foram publicadas obras de referência como *A cultura do Renascimento* (1860) de Jacob Burckhardt, *Outono da Idade Média* (1919) de Johan Huizinga e *Victorian England* (1936) de George Malcolm Young; e a concentração dos historiadores culturais em algo como uma “história dos clássicos”, ou seja, das obras-primas da arte, literatura, filosofia, ciência e etc. Caberia a história cultural, então, retratar padrões de cultura através da descrição de pensamentos e sentimentos característicos de uma época, incorporados ou expressos nas obras de arte e literatura.<sup>15</sup>

Deve-se em partes o entendimento desta “história cultural clássica” a utilização do conceito de cultura no sentido “divisões” sociais, referido às produções eruditas das classes altas ou elites. Por este motivo, somente quando começa a ocorrer uma modificação no sentido do termo – para costumes, valores e modos de vida cotidianos; que a história cultural passa a representar uma abordagem distinta àquela presente na sua manifestação “clássica”. O ápice desta modificação se passa, nos anos de 1960, justamente durante a chamada “virada cultural”. É quando a cultura torna-se “mais importante” que a política ou a economia, que os historiadores se aproximam cada vez mais da antropologia, importando suas técnicas e conceitos.

Pode-se considerar, grosso modo, que quatro características principais estariam na história cultural a partir de então: a) uma rejeição ao conceito de mentalidades – que entendia que o mental é comum a todos os membros da sociedade independente do local ocupado nos grupos ou na estratificação social – por considerá-lo muito vago; b) o interesse tanto pelas expressões culturais das elites quanto pelas das massas anônimas ou populares; c) uma constante preocupação com o resgate do papel das classes, da estratificação e dos conflitos sociais, e; d) a idéia de uma “história plural”, ou seja, que apresenta caminhos alternativos para a investigação histórica.<sup>16</sup>

Com o passar dos anos, sobre a ação do pensamento pós-moderno e pós-estruturalista, surge nas duas últimas décadas do século XX a chamada “nova história cultural”. Esta história é “nova” não somente para reforçar a lembrança da existência da “velha história cultural”, mas no sentido de superação paradigmática de uma disciplina que sofre os efeitos da crise. Não cabem mais concepções como as marxistas que tratam a cultura como superestrutura ou elitizada, ou como aquelas que opõem cultura erudita e cultura popular, ou ainda aquelas que entendem a cultura como uma mera produção para o deleite e fruição do espírito. A “nova forma” de trabalhar cultura pelo viés histórico é pensá-la “como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo”.<sup>17</sup>

Entendo que este foi provavelmente o momento da entrada do “social” na história cultural. Porém é importante frisar que seu uso é diferenciado, pois na história social da

<sup>15</sup> Cf. BURKE, op. cit. p. 16, 18-19; Sérgio Castanho considera que a surgimento da história cultural remonta o século XVIII num duplo movimento da tradição iluminista e do romantismo, na forma de uma filosofia da história e não como uma disciplina, Cf. CASTANHO, Sérgio E. M. Questões teórico-metodológicas de história cultural e educação. In: LOMBARDI, J.C., CASIMIRO, A. P. B. S., MAGALHÃES, L. D. R. (Orgs.). História, cultura e educação. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 139-140.

<sup>16</sup> Cf. VAINFAS, op. cit. p. 148-149.

<sup>17</sup> Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 14-15.

cultura o social atua como um recorte capaz de comportar os desvios culturais, enquanto que a história cultural do social parte da cultura – tida como construção de significados comuns – para operar as mais diversas diferenciações sociais.<sup>18</sup>

Se ainda é possível encontrar um relativo consenso na historiografia, este reside na constatação que maioria das pesquisas históricas contemporâneas utiliza-se, de forma declarada ou tácita, da “nova história cultural”. Alguns pensam que ela é o paradigma atual da historiografia.<sup>19</sup>

### Um território controverso

Certamente um leitor alheio aos bastidores do território da história chegaria até este ponto do texto, apesar de algumas ressalvas pelo caminho, com a impressão de que predomina uma relativa tranquilidade no meio. Ledo engano.

O fenômeno da “especialização histórica”<sup>20</sup> (história de [um objeto] e história [algo]) na relação com a crescente utilização, muitas vezes mal compreendida<sup>21</sup>, de conceitos e métodos de outras disciplinas das Ciências Sociais, e com a fragilidade das teorias explicativas; teve como consequência a produção de um quadro teórico-metodológico fragmentado e confuso. E na medida em que observamos o aumento desta fragmentação, percebemos a diminuição do rigor, que dilui os resultados de pesquisas, e fortalece os argumentos das críticas pós-modernas que incidem sobre a real capacidade da explicação histórica. Por isso, a cada dia torna-se mais difícil estabelecer e delimitar as fronteiras e possibilidades do fazer histórico. Tomando as historiografias discutidas anteriormente como exemplo, tentaremos demonstrar este fato.

Para alguns a história cultural não tem suas origens na sua versão “clássica” oitocentista, mas na chamada história das mentalidades. Por consequência a primeira seria derivada, assim como a segunda, da corrente dos Annales. Não em Bloch e Febvre, mas em especial por aquela fase caracterizada pelo “braudelismo” que prezava a “longa duração” e a almejada história total. Os historiadores das mentalidades acuados, neste contexto, usariam o rótulo de culturais como abrigo para fugir das críticas.<sup>22</sup>

Se potencialmente este entendimento resolve um impasse ao marcar uma das razões que efetivamente separam a “nova história” da história cultural – o distanciamento do

<sup>18</sup> A crítica de Roger Chartier traz mais evidências sobre esta distinção ao defender a idéia de um “deslocamento” dos historiadores em direção a história cultural do social em CHARTIER, Roger. O mundo como representação. Estudos Avançados. São Paulo, nº 11 (5), jan/abr 1991, p. 180-182; Pertinente a relação apontada por Peter Burke entre a “nova história” e o movimento do “construtivismo” nas Ciências Sociais em BURKE, op. cit. p. 99-102.

<sup>19</sup> Segundo PESAVENTO, op. cit. p. 7, cerca de 80% da recente produção historiográfica brasileira se enquadra na “história cultural”; O sentido de “paradigma”, como lembra BURKE, op. cit. p. 68, é o utilizado em KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2003.

<sup>20</sup> Vide as potenciais dificuldades conceituais entre a “história cultural” e a “história da cultura”, em FALCON, Francisco José Calazans. História cultural e história da educação. Revista Brasileira de Educação. Vol. 11 nº 32, mai/ago, 2006, p. 334-335.

<sup>21</sup> “Se não resta dúvida de que, por um lado, a interdisciplinaridade contribuiu muitíssimo, no atual século, para o aperfeiçoamento do saber e da narrativa historiográfica, por outro lado, foi muitas vezes mal compreendida. Levada ao extremo, confundida com transdisciplinaridade, ao invés de entendida como *diálogo entre disciplinas distintas quanto aos métodos e objetos*, pode conduzir a verdadeiros cataclismos teóricos.” (VAINFAS, op. cit. p. 145)

<sup>22</sup> Ricardo Vainfas tece críticas neste sentido, em Idem, p. 127-138; Peter Burke lembra a reticência francesa em usar o termo “cultura”, em BURKE, op. cit. p. 11; Roger Chartier revela sua preocupação com a dificuldade na tradução do termo *mentalité*, em CHARTIER, Roger. A história cultural. Lisboa: Difel, 1990, p. 30.

“braudelismo”, também cria outros ao colocar na bagagem do furtivo historiador cultural toda pecha<sup>23</sup> das mentalidades.

Talvez observando o “fazer” de algum historiador, declaradamente simpatizante de certa abordagem, pudéssemos delimitar melhor suas características, pois como lembra Déa Fenelon: é “mais fácil praticar a História Social do que defini-la”<sup>24</sup>. Porém, quando trazemos a discussão do âmbito conceitual para o das práticas dos historiadores, a situação parece ainda mais controversa.

O historiador italiano Carlo Ginzburg é para alguns um exemplo daqueles que abandonaram as mentalidades (ou pelo menos o uso do conceito) e se esconderam das críticas na história cultural, ou mais especificamente, na “microhistória”. Talvez esta opinião se justifique, pois apesar de na leitura do prefácio de *O queijo e os vermes*, uma de suas principais obras, encontrarmos a sua recusa veemente do conceito de mentalidades - por basear-se numa noção interclassista de homogeneidade; em estudo anterior sobre os praticantes do culto agrário pagão de fertilidade na Itália setecentista, intitulado *Os andarilhos do bem*, declarou estar diante da “mentalidade de uma sociedade camponesa”.<sup>25</sup>

De maneira semelhante, o norte-americano Robert Darnton pode ser considerado muito mais um historiador das mentalidades (ou da história intelectual, na versão americana) do que cultural, quando observamos que as críticas sobre seu estudo em *O grande massacre de gatos*, recaem sobre a capacidade de produzir conclusões seguras sobre as características nacionais a partir de incidentes e fatos isolados. Afinal, “para quem, pode-se perguntar, o massacre de gatos era engraçado?”<sup>26</sup>

Até o holandês Johan Huizinga que parecia um clássico representante da história cultural “clássica” não possibilita um consenso. Seu trabalho – e o de outros - sempre preocupado com o estudo dos sentimentos, crenças e costumes, coloca-o como um historiador das mentalidades muito antes dos Annales.<sup>27</sup>

Mais curiosa ainda é a situação de Edward Palmer Thompson. Superando as críticas internas que o acusavam de “culturalista”, o filho marxista dileto da empírica tradição inglesa da história do trabalho, ousou examinar o papel da cultura popular na formação de classe (operária inglesa, na ocasião), saindo do reducionismo político e econômico praticado pela historiografia social até então. Por este motivo, a trajetória deste “marxista peculiar” (que inclui até a militância partidária) impede que o vejam como vindo das mentalidades, sendo no máximo visto como uma “versão marxista da história cultural”.<sup>28</sup>

<sup>23</sup> Como os dilemas, por exemplo: entre reconhecer uma relativa autonomia das mentalidades a buscar necessária articulação com a totalidade histórica; entre assumir uma perspectiva de longa duração e o risco de fossilizar a história; e entre resgatar o lado humano/individual e explicar o sentido coletivo e global da história. (Cf. Idem, p. 141)

<sup>24</sup> FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. Projeto História. Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, nº 10 (“História e Cultura”), dez. 1993, p. 75.

<sup>25</sup> VAINFAS, op. cit. p. 142 e 151; GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Cia das Letras, 2006. GINZBURG, Carlo. Os Andarilhos do Bem. Feitiçarias e cultos agrários nos séculos XVI e XVII. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

<sup>26</sup> VAINFAS, op. cit. p. 143; DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa. Rio de Janeiro: Graal, 1988; BURKE, op. cit. p. 149 e 151.

<sup>27</sup> Cf. VAINFAS, op. cit. 132.

<sup>28</sup> Andreas Doeswijk afirma a impropriedade da crítica de Richard Johnson dizendo que: “Estas obras menores tratam de valores, cultura e costumes possuindo um forte sabor antropológico. Tratam de práticas tais como a disciplinarização da vida e do tempo dos artesãos e outros, práticas de resistência por parte daqueles que se recusavam a ‘virar uma máquina’ ou

Indo um pouco além do proposto neste texto, outra posição polêmica está naqueles que acusam a “nova história cultural” de falta de “rigor” teórico. Porém paradoxalmente algo que a distingue é a sua preocupação com a teoria. Penso que na verdade trata-se mais de uma aporia, pois se por um lado a necessidade de enfrentamento dos incertos desafios pós-modernos forçou os historiadores a formular novos conceitos (representação, apropriação, etc.) e reformular antigos (cultura, classe, etc.). Por outro a ampliação desmedida de abordagens e objetos, somada a precária sustentabilidade de um modelo onde o real encontra-se sempre “construído”, e a constante fragmentação do objeto em micro-recortes (de qualquer tipo) que supostamente se legitimam em si mesmos; deixam a sensação de ecletismo para não dizer de “caos teórico”, tratando-se, no extremo, de “uma abordagem anticientificista e obscurantista”.<sup>29</sup>

Assim, a própria idéia de “deslocamento”, defendida por Roger Chartier, na qual os historiadores sociais estariam fugindo da “tirania do social”, ou seja, da “concepção estreitamente sociográfica que postula que as clivagens culturais estão forçosamente organizadas segundo um recorte social previamente construído”, instaura a “tirania do cultural”, pois se o social só faz sentido nas práticas culturais, ficamos com a impressão que “a única história possível é a história cultural”.<sup>30</sup>

Mas se “toda história é uma história cultural”, o que podemos afirmar sobre a história da educação?

### A posição da História da Educação

Diante da dificuldade em definir com precisão as historiografias social da cultura e cultural do social, como exposto anteriormente neste texto, faz-se necessária algumas considerações sobre o entendimento acerca de ambas, que irei adotar deste ponto em diante.

---

aceitar passivamente o atropelamento dos seus direitos seculares. *Por isso é impróprio chamar Thompson de ‘culturalista’ como o chamou Richard Johnson, pois nem seria exatamente um ‘historiador de mentalidades’, já que Thompson nunca analisa o discurso separado das práticas, procurando sempre o ‘chão’ de onde surgem os discursos. Os homens e as mulheres que encarnam a história não são ‘entidades falantes’, nas quais o historiador tem que descobrir os significados ocultos das suas falas. (Está claro que estas práticas, em grande parte, são reveladas nos discursos)”* (DOESWJIK apud MUNHOZ, Sidney José. Fragmentos de um possível diálogo com Edward Palmer Thompson e com alguns de seus críticos. *Revista de História Regional*. vol. 2, nº 2, 1997, meus grifos); Em *A miséria da teoria* Thompson tece críticas sobre a concepção de cultura da antropologia estrutural (BURKE, op. cit. p. 98) o que acabou inspirando outros historiadores para a utilização de uma concepção diferente (PALMER, Bryan. E. P. Thompson. *Objecções e oposições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 121); Ver DECCA, Edgar Salvadori de. *Narrativa e História*. In: SAVIANI, D., LOMBARDI, J. C., SANFELICE, J. L. (Orgs.). *História e história da educação*. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2000, p. 23-24; O trabalho de Thompson também é relacionado com “nova história cultural” em HUNT, L. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 e em CASTANHO, op. cit. p. 145; Cf. VAINFAS, op. cit. p. 155.

<sup>29</sup> Sobre preocupação teórica da “nova história” ver BURKE, op. cit. p. 70-78, e MARTINS, Angela Maria Souza. *Educação e História Cultural: algumas reflexões teóricas*. In: LOMBARDI, J.C., CASIMIRO, A. P. B. S., MAGALHÃES, L. D. R. (Orgs.). Campinas: Autores Associados, 2006, p. 110; Sobre a questão da “construção social da realidade” na ascensão do “construtivismo” ver BURKE, op. cit. p. 101-127; Exemplos da preocupação com o “caos teórico” estão em VAINFAS, op. cit. 149-150 e em LOMBARDI, José Claudinei. *História, Cultura e Educação: aportes marxistas*. In: LOMBARDI, J.C., CASIMIRO, A. P. B. S., MAGALHÃES, L. D. R. (Orgs.). *História, cultura e educação*. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 188-189.

<sup>30</sup> Cf. CHARTIER, 1991, op. cit. p. 180-182; Cf. VAINFAS, op. cit. p. 154; Ver também BURKE, op. cit. p. 105.

Penso que – entre extremos – existe o consenso (ao menos esse) sobre a questão da importância atribuída ao uso do conceito de cultura, e o dissenso sobre a forma deste uso. Neste reside o impasse entre o uso da cultura tomada na sua relação conflituosa com o social, ou da cultura tomada na relação em si própria, ou seja, numa hermenêutica de constructos discursivos apartados da sociedade. Pairando entremeio estão os historiadores ditos culturais que, montando sua oficina nas proximidades deste ou daquele extremo, produzem conhecimento histórico, apoiados nos mais diversos aportes teórico-metodológicos. Neste sentido cabe a máxima de Richard Schoenwald parafraseada por Viñao Frago que “a história social é sempre história cultural, a história cultural é história social, e que ambas são finalmente uma só história”<sup>31</sup>. Assim, a aproximação com a educação proposta neste texto será referida – na ausência de termo melhor – às “historiografias culturais”, ou seja, aquelas que contemplam a cultura no “fazer” histórico nas formas aqui expostas.

Apesar da já referida infiltração das historiografias culturais e de estudos reportando a utilização dos procedimentos, conceitos, referenciais e até objetos destas, na história da educação; surpreendentemente, outros estudos apontam para quase ausência de trabalhos na produção histórica brasileira que utilizem tais abordagens direcionadas para a educação.<sup>32</sup> Minha hipótese para o fato resume-se em dois fatores, sendo: 1) a ausência de formação histórica específica entre os historiadores da educação; e 2) a mudança de foco nas pesquisas em educação no Brasil – a partir de novos referenciais – para temáticas que permitem uma abordagem cultural ainda é muito recente para consolidar resultados expressivos.

A questão da formação do pesquisador é muito particular na história da educação. Ao contrário, do historiador de ofício que somente após uma formação histórica (acadêmica ou não) especializa-se em outras disciplinas setoriais da história; a imensa maioria dos historiadores da educação no Brasil vem dos quadros do magistério, tais como: professores e gestores. É prudente pensar que se na sua formação tiveram bases de iniciação científica certamente não foram diretamente relacionadas com as ciências históricas. Por consequência, quando a frente de uma pesquisa, fazem uma espécie de história “aplicada” aos fenômenos educativos ou pedagógicos que resulta, quase sempre, em algo que podemos chamar de uma teoria da educação expressa historicamente. Mesmo se em algum momento o conceito cultura participou deste tipo de pesquisa, não seria possível caracterizá-la como, ou sequer aproximá-la das historiografias culturais, por não se tratarem – em sentido restrito – de trabalhos históricos.

Façamos justiça, porém, ao lembrar que – entre os acadêmicos – o interesse pelas idéias e propostas pedagógicas, e a preocupação com a normatividade que regulava o campo educacional, eram as temáticas preferidas da história da educação brasileira até aproximadamente a década de 1970. A partir de então, e gradativamente, os temas ou migram para a relação entre escola e sociedade – com ênfase nos mecanismos sociais e econômicos – numa análise baseada no

<sup>31</sup> Cf. VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas e questões. Revista Brasileira de Educação, nº 0, p. 64

<sup>32</sup> Cf. LIMA E FONSECA, Thais Nivia de. História da educação e história cultural. In: GREIVE, Cynthia Veiga, LIMA E FONSECA, Thais Nivia de (Orgs.). História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 59-60; Cf. FALCON, op. cit. p. 329; Cf. LOMBARDI, op. cit. p. 190.

estruturalismo althusseriano que, “em última instância”, resulta no chamado reprodutivismo educacional; ou para o estudo do sistema de ensino – numa análise de influência sociológica – que se supunha utilizar da violência simbólica para ideologicamente perpetuar a ordem social.

Somente nos anos 1990 a reação àquela história de fundo teleológico e normativo amplia-se, influenciando a historiografia brasileira em duas frentes. A primeira compreende abordagens como a americana neo-positivista da história social, ou a marxista dialética, ou ainda a neo-marxista “crítico-cultural”, que tratavam o fenômeno educativo como um “fato social”, explicável pela realidade externa ao ambiente escolar. A segunda pode ser caracterizada pela contribuição do francês Dominique Julia, pois pela introdução do conceito de *cultura escolar* – utilizado em múltiplos aportes teórico-metodológicos – torna-se possível estudar aqueles aspectos do cotidiano escolar, que apesar de internos e com lógica própria ainda continuavam sendo “sociais”.<sup>33</sup>

Entendo que do advento do conceito de cultura escolar – e de sua utilização como categoria de análise – pode-se observar a efetiva aproximação das pesquisas históricas em educação com as historiografias culturais. Este olhar diferenciado sobre o fenômeno educativo abriu a “caixa preta” do cotidiano escolar, permitindo a ampliação dos objetos de investigação histórica, objetos estes que agora se tornaram nativos e próprios da “historiografia cultural da educação”. Dentre eles convém destacar: profissionalização docente, disciplinas acadêmicas, história intelectual, o espaço e o tempo escolares etc.<sup>34</sup>

### Conclusão

Chegando ao final dessa exposição e olhando para trás vejo que: se alguns ovos se quebraram, façamos então uma boa omelete!

Brincadeiras à parte, reafirmo a compreensão sobre o consenso quanto ao impacto do conceito de cultura – desenvolvido na antropologia e aprimorado no contato com a ciência histórica – na historiografia, que à margem de debates teóricos, crises de paradigma, pós-modernismos, etc., atravessou dois séculos influenciando – por afinidade ou aversão – a totalidade da produção histórica.

Próximos do fechamento da primeira década do novo milênio, esta influência persiste simbioticamente nas historiografias culturais e – adotando uma postura otimista – espero que num futuro breve, quando o estigma de “novidadeira” diminuir mediante a consolidação da abordagem pela consciência – atualmente pequena – da necessidade do rigor exigido pela “ciência História”; nelas se inscrevam as respostas para as contestações pós-modernas que pregam a impossibilidade da explicação histórica.

Sobre as possibilidades das historiografias culturais na história da educação, tenho a impressão que outras abordagens não permitiram uma análise tão completa do fenômeno educativo, porém observo que – ao menos na realidade brasileira – esta magnitude não se reflete na produção historiográfica. Fato que instiga, além deste texto, pesquisas futuras sobre o tema.

Recebido em setembro de 2009

Aprovado em janeiro de 2010

<sup>33</sup> Cf. CASTANHO, op. cit. p. 155-157.

<sup>34</sup> Cf. VIÑAO FRAGO, op. cit. p. 63-82.